

## ÁFRICA 21 – SETEMBRO

### O QUE PODE COMPROMETER O ELEVADO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA

Alves da Rocha  
Professor Associado da Universidade Católica de Angola  
[alves.ceic@ucan.edu](mailto:alves.ceic@ucan.edu)

Uma parte – mesmo que minoritária – da sociedade angolana está impressionada com as elevadas taxas de crescimento do PIB depois de 2002. Neste coro de elogios alinham alguns observadores estrangeiros, embora instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OCDE receiem que se esteja a celebrar demasiado cedo e com algum alarido uma sustentabilidade que está largamente por construir e uma política de estabilização demasiado exposta às vicissitudes do mercado internacional do crude.

Existem situações concretas que podem pôr em risco a manutenção dum crescimento tão elevado.

A Administração Pública, responsável pela condução dos destinos da sociedade e pelo fornecimento de bens e serviços públicos de qualidade à população, é fraca, permeável e com um défice elevado de diálogo com a sociedade civil. Um Estado fraco – de autoridade e competência – deficiente na garantia de prestação de serviços é um dos limites à manutenção, gerenciamento e sustentabilidade de elevadas taxas de crescimento económico no futuro. A China tem conseguido as performances que se conhecem – há mais de 25 anos que a sua economia cresce a uma cadência anual em redor dos 10%, equivalente a um factor multiplicativo de 10,8 – graças a um regime político autoritário e prepotente (onde a corrupção é combatida com a pena de morte), ao envolvimento de muita mão-de-obra no processo de produção, ao não cumprimento das regras básicas do livre comércio internacional, à não consideração de princípios trabalhistas elementares e à prática de certas formas de *dumping* social. Em Angola, um choque radical é necessário na orgânica e funcionamento da máquina administrativa do Estado – com despedimento da componente corrupta, incompetente e improdutiva do funcionalismo público – se se quiser acrescer a capacidade de controlo do crescimento económico. Esta capacidade de controlo é indispensável para que uma boa parte do crescimento se possa transformar em desenvolvimento económico, melhoria das condições de vida da população e aumento da competitividade estrutural da economia. Para que se consiga dirigir o crescimento económico intenso que se espera é indispensável que a capacidade técnica, a organização institucional e a competência administrativa e política (numa palavra, a produtividade) da Administração Pública cresça acima do ritmo anual de crescimento da economia. Não sendo assim, seremos esmagados pelo crescimento e pelo que tem de pior: discriminação, desemprego, desigualdade, empobrecimento, assimetrias regionais e exclusão social.

Contrariamente à voz corrente, defendo que uma abundância excessiva de recursos naturais – com destaque para os minerais – pode ser prejudicial ao desenvolvimento económico, em condições de governação deficiente e fraca capacidade de orientação da economia. A fartura de recursos naturais pode limitar o desenvolvimento da indústria nacional e a diversificação do tecido produtivo interno e

das exportações. Não nos esqueçamos que o modelo actual de crescimento reproduz, agravando, as debilidades, insuficiências e desarticulações do modelo colonial de exploração das matérias-primas e dos produtos de base. O nosso modelo é completamente extrovertido – exportando-se, em bruto, 98% da produção de recursos naturais – concentracionário (55% da produção, 95% das exportações e 70% das receitas fiscais do Estado dependem da exportação de dois produtos de base) e não inclusivo (a taxa de desemprego é das mais elevadas de África, bem assim como a taxa de pobreza). A exploração (extracção e exportação) das matérias-primas e dos produtos de base pelas empresas estrangeiras é bastante para originar os recursos financeiros e fiscais de que o Estado necessita para funcionar (deficientemente) e distribuir, pela elite do poder, um diferencial de renda que a enriquece e lhe confere condições (económicas) de se aí se manter e reproduzir. Não há, portanto, pressão para que se diversifiquem as fontes fiscais e de divisas, limitando-se, conseqüentemente, as possibilidades de diferenciação da estrutura económica e produtiva.

O padrão de especialização produtiva de Angola ainda é, essencialmente, colonial, sujeito às influências neocoloniais da Europa, Estados Unidos e, mais recentemente, da China. A exploração dos recursos naturais é feita de acordo com as necessidades em insumos das economias daqueles espaços e países. Neste aspecto, a recentíssima parceria entre a Petrobrás e a Galp para a produção, em Portugal, de bio diesel não é um bom exemplo, porque Angola se limitará a fornecer metade da quantidade de matéria-prima indispensável para a sua fabricação. Tudo isto são freios à revolução industrial em Angola.

Outro limite ao intenso crescimento económico previsto é o do desenvolvimento da agricultura, que é condicionado – e vai sê-lo ainda mais no futuro – pela exploração de recursos minerais de alto valor de exportação, como o petróleo (confirmando-se as novas potencialidades *on-shore*), os diamantes, o ferro, o cobre, etc., que têm uma relação contraditória com a exploração da terra e que a lei os favorece. Os agricultores, em Angola, são negligenciados, não havendo protecção dos seus rendimentos – por exemplo, através de compras prioritárias e a preços compensadores pelo Estado – nem da produção, pela via dos subsídios, tal como acontece na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, na China e na América Latina. Por outro lado, parece que a terra tem pouco valor, uma vez que o preço dos produtos agrícolas é muito baixo, o que gera a desertificação e a urbanização galopante.

O modelo de organização geral da sociedade em vigor – caracterizado por fraca produtividade, rendimentos baixos e forte redistribuição por influência dos sistemas familiares alargados tradicionais, mesmo dentro das elites económicas e políticas – é insustentável a prazo. Daí o peso das lógicas culturais e da sua real e efectiva capacidade de darem origem a um modelo de desenvolvimento genuinamente angolano. É ou não inevitável a implosão da identidade africana sob pressão das imagens duma cultura cada vez mais globalizada, com valores novos (pelo menos diferentes), exercendo um enorme poder de atracção sobre a juventude?

Ainda um outro limite: a economia demográfica de Angola. Determinadas abordagens sobre a demografia de Angola e da sua relação com a extensão territorial do país defendem que o quantitativo populacional actual e futuro é perfeitamente aborvível pelo território e pela economia. Mais: o país apresenta um défice populacional que desincentiva a deslocalização do investimento privado das regiões de mais elevada densidade demográfica. Seja dum ponto de vista de excesso de população – que pode influenciar, negativamente, a produtividade e a poupança –, seja do ângulo da sua escassez relativa e da sua desequilibrada distribuição territorial, a demografia pode ser um obstáculo ao crescimento económico sustentado. Não se conhecem, no entanto,

políticas demográficas activas através das quais a população possa ser um factor de sustentabilidade do crescimento económico.

No domínio das infraestruturas – cuja reabilitação física prossegue com atrasos significativos em alguns casos (a recuperação dum troço da estrada Luanda-Dundo situado na Lunda Sul de cerca de 200 quilómetros está parada por dificuldades várias da empresa chinesa responsável pela obra, conforme noticiou o oficial Jornal de Angola) e dúvidas sobre a sua qualidade e capacidade de manutenção – a ausência duma visão estratégica no seu planeamento pode comprometer o crescimento económico futuro. Reabilitar as que foram destruídas durante o conflito militar é uma correcta opção de curto/médio prazo, mas estrategicamente deve começar-se a projectar auto-estradas e linhas de caminhos-de-ferro com bitola internacional, de duas vias e electrificadas. A energia da barragem de Capanda é mais do que suficiente para um programa ambicioso de electrificação rural – de consequências importantes sobre o crescimento da agricultura, a melhoria das condições de vida das populações do campo e a reversão do êxodo rural – e de electrificação das linhas de caminhos-de-ferro.

O petróleo tem sido o banco externo da economia angolana e o Tesouro do Estado. A crise económica durante o longo conflito militar foi suportada porque as divisas obtidas com a exportação do crude permitiram satisfazer o consumo interno pelas importações. Os grandes investimentos em novas infraestruturas e nos sectores da economia não petrolífera foram sempre adiados, receando-se que o tempo que resta até ao esgotamento do petróleo não seja suficiente para que outros fundamentos sustentem o crescimento económico futuro. Mas talvez o grande equívoco do petróleo esteja na circunstância de que Angola fornece quantidades crescentes do produto a países cujas reservas são maiores do que as nossas, levantando-se, conseqüentemente, a questão de saber o que fazer e como fazer depois do colapso do petróleo. Os grandes clientes do petróleo angolano são a China, os Estados Unidos e o Brasil, cujas expectativas de crescimento futuro – talvez exceptuando-se, a curto prazo, a ainda maior economia do mundo, a braços com sucessivas crises de confiança que abalam a sua credibilidade e do dólar enquanto moeda de referência do comércio mundial – são elevadas, anotando-se cifras em torno dos 9% para o país asiático e de 4% para a maior economia da América do Sul. Isto quer dizer que as necessidades de energia vão ser cada vez mais elevadas, recorrendo-se às reservas de outros países e mantendo as suas em níveis considerados estratégicos, no contexto da actual matriz energética mundial.

#### PARADOXO DO PETRÓLEO ANGOLANO

PAÍSES	RESERVAS COMPROVADAS (mil milhões de barris)	NÚMERO DE ANOS (considerando a produção de 2006)
Angola	9,0	12,3
Estados Unidos da América	21,4	11,0
China	18,0	14,0
Brasil	11,6	19,0

FONTE: World Energy Outlook 2006, International Energy Agency

As reservas comprovadas do petróleo angolano não chegam para mais uma geração, ficando, assim, o anátema de termos sido nós, geração presente, os grandes responsáveis pelo esgotamento dum recurso que deveria ter sido utilizado duma forma mais patriótica, social e abrangente. O petróleo angolano tem servido e vai continuar a servir – os acordos de financiamento externo (linhas de crédito da China e do Brasil) têm como garantia real a contrapartida do petróleo – de motor de crescimento de economias bem mais desenvolvidas do que a nossa e quando se esgotar Angola deverá continuar a ser uma economia subdesenvolvida.

Quais têm sido as contrapartidas internas do petróleo? Financiamento do conflito militar durante 27 anos, reabilitação presente (mas demorada) das infraestruturas físicas,

construção de novas escolas e hospitais, reabilitação muito lenta das redes de produção e distribuição de electricidade e água e das de saneamento básico e construção de condomínios de alto luxo.

Receio que o tempo que resta até ao colapso do petróleo seja insuficiente para criar uma base produtiva forte, diversificada, competitiva, regionalmente equilibrada e socialmente inclusiva.

Luanda, 23 de Setembro de 2007.